

## 100 anos de Emergência: Exceção e o Estado Egípcio

Carolina Grinsztajn<sup>1</sup>

### Resumo

Nesse artigo, tentaremos analisar de que forma os consecutivos estados de exceção contribuíram para a emergência do Egito como Estado moderno. Buscaremos mostrar que as declarações de Lei Marcial e de estado de emergência no Egito serviram como mecanismo de tentativa de dominação sobre a população, disfarçada como discurso de combate a um inimigo que buscou legitimar a reivindicação do monopólio legítimo da violência pelo Estado, nos termos weberianos. Para esse propósito discutiremos a constituição e o papel do Estado Ocidental moderno e sua relação com a exceção e construção de soberania. A partir disso, analisaremos o caso do Egito, desde a Lei Marcial durante a colonização inglesa na 1ª Guerra Mundial até os dias de hoje e buscaremos analisar a relação entre exceção, legitimidade e violência no caso egípcio.

### Palavras-chave

Egito; Estado Moderno; Estado de Emergência

### Abstract

This article analyzes how the many declarations of state of emergency contributed for the making of Egypt as a modern state. It will show that martial laws and emergency laws in Egypt served as a mechanism to rule over the population, hidden in a discourse over the fight of an enemy that sought to legitimate the claim for the monopoly of violence by the State in weberian terms. Having settled this purpose, the article will discuss over the constitution and role of the modern occidental state and its relation with exception and sovereignty building. It will then analyze the Egyptian case, from Martial Law during the British colonization, until nowadays, seeking to analyze the relationship between exception, legitimacy and violence.

### Key-words

Egypt; Modern State; State of Emergency

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio e colunista de *O Furor*, blog de debates em RI. Gostaria de agradecer à professora Monica Herz pelas reflexões em sala que contribuíram para a confecção dessa análise e aos professores Carlos Frederico Gama e Paula Sandrin pelo apoio e sugestões. Qualquer possível equívoco é de responsabilidade exclusiva da autora.



## Introdução

Em março de 2012, expirava pela primeira vez em três décadas a *Declaração de emergência* no Egito. A declaração estava em vigor desde o assassinato do presidente Anwar Sadat, em 1981, tendo sido renovada ininterruptamente a cada 3 anos desde então, com a justificativa de combate ao terrorismo. O fim do estado de emergência havia sido uma das principais reivindicações dos protestos de 2011, e foi comemorado por egípcios e ativistas de direitos humanos no mundo inteiro. Entretanto, menos de um ano depois, o presidente Mohamed Morsi declarava novamente estado de emergência, ato repetido pelo governo interino que sucedeu sua deposição e pelo recém eleito presidente Sisi.

As declarações de exceção pelos governos após os levantes de 2011 se relacionam com uma longa história de leis de emergência que se tornam a regra, e que datam do período da colonização inglesa, fazendo com que o Egito tenha vivido sob leis marciais ou de emergência por aproximadamente 72 dos últimos 100 anos. A aplicação constante de mecanismos de exceção imprime uma forte impressão sobre a organização do estado egípcio moderno, o que faz com que vários desses mecanismos permaneçam em uso mesmo após o fim da lei de emergência propriamente dita.

O discurso de combate ao terrorismo é constantemente utilizado para perseguir inimigos do regime, e as declarações de estado de emergência justificado por guerras foram estendidas por anos após o fim do conflito armado. Esse cenário se repete de tal forma que se torna difícil distinguir a construção e manutenção do Estado egípcio moderno (e dos regimes que o constituíram) dos mecanismos de exceção utilizados por ele.

Essa constatação se associa à máxima que abre a obra de Carl Schmitt, *“Teologia Política”*: *“O soberano é aquele que decide sobre a exceção”* (SCHMITT, 1922, p.5). O estado egípcio é um caso interessante para buscarmos entender de que maneira a soberania, da forma como a entendemos no sistema moderno de Estados, está ligada à exceção – exatamente pela longevidade das medidas de exceção em sua história.

Ao longo desse artigo, tentaremos analisar de que forma os consecutivos estados de exceção contribuíram para a emergência do Egito como estado moderno. Buscaremos mostrar que as consecutivas declarações de lei marcial e de estado de emergência no Egito serviram como mecanismo de tentativa de dominação sobre a população, disfarçado de discurso de combate a um inimigo que buscava legitimar a

reivindicação pelo monopólio legítimo da violência pelo estado, nos termos weberianos (WEBER, 1921).

Para esse propósito, começaremos discutindo brevemente a constituição e o papel do *estado ocidental moderno* através das abordagens de alguns autores. Com base nessa discussão, buscaremos entender melhor a citação de Schmitt e a relação que ele e outros autores traçam entre a soberania, e o Estado e a exceção, adentrando também o debate acadêmico em Relações Internacionais sobre exceção. A partir disso, analisaremos o caso do Egito, desde a Lei Marcial durante a colonização inglesa na 1ª Guerra Mundial até os dias de hoje. Finalmente, buscaremos analisar a relação entre exceção, legitimidade e violência no caso egípcio.

### Estado: o quê e para quê

Obviamente, é impossível registrar em poucas linhas a imensidade de escritos que buscam tratar da questão do que é e para que serve o estado. Buscaremos aqui delinear apenas algumas vozes desse debate que serão úteis para a nossa finalidade em compreender a relação entre estado e exceção no Egito.

Algumas dessas vozes mais frequentemente citadas são as dos contratualistas, sendo Thomas Hobbes o mais significativo para a discussão sobre concentração de poder e violência na formação do estado. Baseando-se principalmente na noção de que o medo da morte violenta é aquilo que leva os indivíduos a se organizarem sob um contrato social, Hobbes (1651) defende que a associação de pessoas confere poder a uma entidade soberana. Esse poder soberano é caracterizado por ser absoluto, indivisível e irreversível. Percebe-se, portanto, que Hobbes está tratando de um poder extremamente concentrado, e dá especial ênfase à possibilidade do soberano utilizar a violência (na forma de punição) contra seus súditos para manter a ordem. Para ele, essa concentração de poder (de tal forma que se contrapõe a qualquer outra, por ser composta do poder cedido por cada indivíduo) é uma pré-condição para o exercício da soberania e possibilita uma saída do estado de guerra constante no estado de natureza, uma vez que o medo compele à obediência. Essa obediência, por sua vez, é legitimada pela escolha feita livremente (e irreversivelmente) pelo consenso entre os indivíduos que criou o soberano (MEDONZA, 2011).

Portanto, o estado, na visão de Hobbes (1651), transforma o medo da morte violenta e a guerra de todos contra todos (do estado de natureza) na insegurança e temor da punição que compele à obediência. Apesar de reconhecer a possibilidade do próprio

estado se voltar contra seus súditos, e utilizar seu poder concentrado de forma violenta e arbitrária, Hobbes defende que essa é a única possibilidade que evitaria uma situação pior, que é a guerra civil.

Saltando vários anos no tempo, podemos encontrar alguns pontos de contato com essa definição na obra de Max Weber (que busca, vale lembrar, conceituar e não defender esse tipo de organização social como é o caso de Hobbes): “*o Estado é uma comunidade humana que reivindica o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território*” (WEBER, 1921, p.1). O Estado, portanto, concentra nele o direito de aplicar violência, estabelecendo, assim, uma relação de dominação legitimada que se dá através de três possíveis justificativas: tradicional, carismática ou constitucional-legal (WEBER, 1921).

Levando ainda mais longe a caracterização da concentração de poder estatal, Charles Tilly (1985) compara o estado ao crime organizado ao delinear como, historicamente, essa organização política se forma através da extorsão de indivíduos em troca de proteção (aqui chamada de segurança), que muitas vezes significa proteção contra a ação da própria rede de crime organizado. Tilly argumenta que *War Making* e *State-Building* são processos que se constituem mutuamente. Segundo ele, o Estado possui quatro atividades principais: *war making*, *state making*, proteção e extração (de recursos); e essas atividades estão inter-relacionadas de forma que o estado precisa da justificativa de proteção e segurança da população para poder extrair recursos dela e legitimar sua aplicação de violência, concentrando, assim, cada vez mais poder, e reforçando o processo de *state making*.

Entendendo a infinidade de vozes que silenciemos nessa discussão, é importante levar em conta dois aspectos: Primeiro, o princípio da soberania estatal expressa uma articulação histórica específica da relação entre universalidade e particularidade no tempo e no espaço, e a própria reivindicação de soberania molda a forma como entendemos o que é e para que serve o estado (WALKER, 1991). Segundo, o modelo de estado no Sistema Internacional é o estado nacional europeu, fazendo com que qualquer desvio desse padrão seja considerado uma anomalia ou uma tentativa mal sucedida de se estabelecer um estado propriamente dito (GROVOGUI, 2002). Essas duas ressalvas serão importantes ao analisarmos o caso do Egito, pois é importante ter em mente que a construção de um estado nos padrões do estado moderno europeu não é óbvia, mas sim uma escolha (fruto de uma série de fatores sistêmicos e sociais) constantemente questionada por diversos atores políticos. Além disso, o Egito apresenta certas

características “desviantes” desse modelo como a aplicação de certas leis islâmicas pelo estado. É importante notar também que em momento algum sugerimos que a exceção é a única variável na busca pela construção desse modelo, mas sim que é um fator explicativo importante.

Dessa forma, os três autores citados (Hobbes, Weber e Tilly) explicitam de formas diferentes, porém significativas para a nossa discussão, a maneira como esse modelo europeu de estado moderno se relaciona com o uso da violência e a concentração de poder. Essa discussão será útil para podermos analisar a articulação do estado de exceção com a soberania (o que faremos na próxima sessão) e, posteriormente, como esse processo contribui para a tentativa egípcia de construção e manutenção do estado nesses padrões.

### **Estado (d)e Exceção**

Com base nessa discussão, buscaremos entender melhor a citação de Schmitt trazida anteriormente e a relação que ele e outros autores traçam entre a soberania, e o estado e a exceção.

Schmitt (1922) também caracteriza a soberania como indivisível e depositada no Estado, porém, o que torna o sujeito da soberania relevante é a possibilidade de decidir sobre a exceção. Uma vez que os detalhes de uma emergência não podem ser previstos, torna-se impossível prever todas as situações as quais ela se aplica e todas as medidas a serem tomadas na sua presença. O papel dessa decisão cabe ao soberano.

Nesse contexto, faz-se importante explicar o que Schmitt entende por exceção: *“No contexto do trabalho de Schmitt, o estado de exceção inclui qualquer tipo de distúrbios econômicos ou políticos severos que requerem a aplicação de medidas extraordinárias”* (SWCHABB apud SCHMITT, 1922, p.6).

O soberano é, portanto, o que assume a responsabilidade por aquilo que não foi antecipado. Durante a exceção, a ordem (no sentido jurídico) continua existindo, ainda que extraordinariamente. O Estado, por sua vez, está acima da ordem legal: ele possui a possibilidade de suspender a ordem em caso de autopreservação. O estabelecimento de uma condição de exceção se opõe à condição de normalidade. Embora algumas distinções possam ser feitas entre estado de emergência e estado de exceção, especialmente no que diz respeito à manutenção da ordem constitucional, o caso da emergência do Egito se enquadraria nessa definição schmitteana (LINGUORI, 2012) pelas características que analisaremos adiante.

A condição de exceção normalmente ocorre dentro da relação amigo-inimigo. O Estado, buscando sua autopreservação através do combate ao inimigo, tem o direito de declarar a exceção e de utilizar as medidas que julgar necessárias (inclusive o uso de violência física) para tal fim. Esse tipo de medida possibilita, portanto, o uso de violência para a legitimação do Estado, deixando o indivíduo totalmente vulnerável (AGAMBEN, 2007).

Uma vez que para o exercício da soberania plena o Estado necessita do monopólio do uso legítimo da força, bem como uma concentração de poder que supere qualquer possibilidade de desobediência, é de se esperar que o uso do Estado de Exceção possa se dar contra opositores que representem uma ameaça ao Estado. Aqui também há margem para a confusão entre o Estado, o regime e o governo, sendo que esse último pode se utilizar de argumentos de autopreservação do Estado para sua própria manutenção. O Estado de exceção assume, dessa forma, um vocabulário de guerra, utilizado para justificar a extensão dos poderes governamentais (HUMPHREY, 2006).

Dialogando com Schmitt, temos Walter Benjamin, que prevê a possibilidade (até mesmo probabilidade) da exceção se tornar a regra (BENJAMIN, 1974). O autor cria a separação entre um estado de emergência real (na presença da ameaça) e um estado de emergência fictício (na eminência da ameaça) (BENJAMIN, 1974).

Evocando o estado de emergência real contra o estado de emergência fictício no qual vivemos, Benjamin expõe a ficção que subjaz na própria soberania. Isso revela, Agamben argumenta, que o poder soberano não é nada além da tentativa de anexar anomia através do estado de exceção. É a tentativa fictícia de estabelecer a relação entre violência anômica e lei, quando essa relação não existe (MCQUILLAN, 2011, p. X).

Dessa forma, Benjamin chama atenção para a maneira pela qual o Estado se utiliza da violência com a legitimação da emergência, que se perpetua em um ciclo “mítico” de violência – que, afinal é aquilo que preserva a própria ordem (BENJAMIN, 1921). Assim, a relação entre o Estado e o estado de exceção se torna o Estado que se alimenta da situação de exceção para se manter. É essa relação, anômica para Benjamin, que Schmitt busca enquadrar dentro do âmbito jurídico (AGAMBEN, 2004).

O debate sobre Estado e exceção também está presente dentro da literatura de Relações Internacionais, principalmente em torno do conceito de *securitização*, desenvolvido pela Escola de Copenhague (BUZAN et. al., 1998). Securitização se refere ao processo no qual um ator declara um determinado problema como ameaça

existencial a um objeto particular (normalmente ao Estado) que, se aceito por uma audiência relevante, legitima a suspensão da política da normalidade e o uso de medidas emergências em resposta à ameaça (MCDONALD, 2008). A securitização, portanto, se dá em oposição à politização, ou seja, o tratamento de questões em nível do debate político. Por isso, os autores dessa corrente defendem um movimento de *dessecuritização*, no qual temas securitizados voltam a ser tratados no âmbito da política normal e não através de mecanismos emergenciais (Ibid.).

Essa discussão se estende com a contribuição da Sociologia Política Internacional, especialmente na voz de Didier Bigo. O autor defende que a ideia de segurança está relacionada a estratégias de legitimação e a disputas políticas sobre a autoridade de declarar aqueles cuja segurança deve ser assegurada, e aqueles cuja segurança deve ser sacrificada; sobre quando a violência é vista como proteção ou como ataque (BIGO, 2008). Dessa forma, segurança e insegurança são resultados de um processo de *insecuritização*, conceito chave para a análise dessa corrente. Esse movimento não apenas se relaciona ao sucesso do ato de fala que busca legitimar a política de exceção diante da audiência, mas tem a ver com “*decisões burocráticas mundanas na política do dia-a-dia, com rotinas weberianas de racionalização (...)*” (Ibid., p.126). Esse tratamento rotineiro e burocrático do movimento de insecuritização infiltra esses temas no cotidiano de tal forma que eles deixam de ser apresentados como exceção e passam a ser apresentados como continuação da rotina.

Com essas considerações em mente, podemos finalmente partir para a análise do caso do Egito como exemplo que reúne características descritas por ambos os autores.

### 100 anos de exceção no Egito

O Egito passou a maior parte dos últimos 100 anos envolto em medidas de exceção. Como já vimos, a exceção é um fator importante na determinação da soberania, e pode representar uma estreita ligação com a construção e manutenção do poder estatal. Veremos agora de que forma essa relação se apresenta no caso egípcio.

O início do esforço de modernização do Estado egípcio costuma ser atribuído a Mohamed Ali, que governou o Egito ainda sob domínio do Império Turco-Otomano. Como motores da modernização, apresentavam-se principalmente o *statebuilding* (através da construção de novos códigos legais e instituições administrativas, legislativas e jurídicas ocidentais) e o comércio (HIIL, 2012). Foram criadas, por exemplo, cortes mistas (em oposição às cortes baseadas na lei islâmica), mas o esforço



de modernização se concentrava principalmente nas áreas de solução de disputas financeiras. Entretanto, já se vê nesse momento o início da opção pelo modelo de organização política ocidental.

Essa opção se reforça (na verdade, se impõe) com o domínio britânico (1882-1922). Nesse momento começamos a ver mecanismos de exceção sendo empregados pela primeira vez no Egito: os britânicos declaram Lei Marcial com o início da 1ª Guerra em um ato que buscava afirmar ao mesmo tempo sua soberania sobre o Egito (declarando-o protetorado) e um ato de guerra contra o Império Turco Otomano (REZA, 2007). A declaração durou até 1922, sendo mantida, portanto, após o fim da guerra com a finalidade de combater os levantes nacionalistas no país (Ibid.). Vemos, portanto, que mesmo antes da independência egípcia, a exceção já apresentava forte relação com a repressão de movimentos de oposição ao governo vigente. Após a independência, no entanto, a influência britânica seguiu sendo exercida fortemente sobre o governo egípcio, de forma que a constituição de 1923 (primeira constituição do Egito independente) previa mecanismos de declaração de Lei Marcial, que foram de fato aplicados durante a Segunda Guerra Mundial.

A Lei Marcial foi decretada novamente em 1948, com o início da primeira Guerra Árabe-Israelense, durando até 1950. Em 1952 a Lei Marcial volta a ser empregada no contexto da Revolução dos Oficiais Livres, que culmina com a mudança de regime e coloca Gamal Abdel Nasser no poder. Ao longo dos seus primeiros anos de governo, Nasser estabeleceu uma série de tribunais de exceção que livravam os julgamentos dos procedimentos jurídicos tradicionais e eram presididos por militares. Essas cortes ajudaram a solidificar a prática de julgar civis em cortes militares quando a acusação se relacionava à segurança nacional, mesmo quando nenhuma lei de emergência estava em vigor (Ibid.).

A lei marcial de 1956 (no contexto da Crise de Suez) fecha um ciclo de aplicação de medidas de exceção através da aplicação da lei marcial (que será sucedida por leis emergenciais mais robustas posteriormente). Vemos que nessas cinco ocasiões em que a lei marcial foi empregada (1914; 1939; 1948; 1952; 1956), o governo encontrava-se ameaçado por forças políticas internas e externas que ameaçavam sua soberania, bem como a sua reivindicação sobre o monopólio legítimo do uso da força. Muitas vezes a declaração da lei se deu em contextos de guerra com outros países, porém a lei se estendeu a momentos posteriores ao conflito, sendo aplicada para conter revoltas internas que ameaçavam o regime vigente. A guerra é, dessa forma,



instrumentalizada na criação do caráter do “*inimigo*” que ameaça existencialmente o estado, categoria que é apropriada para as oposições de forma a justificar aplicação de medidas de exceção também para conter revoltas. Entretanto, vemos que a aplicação da Lei Marcial não foi suficiente para conter movimentos que se opunham aos regimes, que foi alterado duas vezes ao longo desse período (pela independência e, posteriormente, na Revolta dos Oficiais Livres).

O regime instaurado por Nasser parece ter sido sucedido por um período de tempo maior. De fato, em 1958, os mecanismos de exceção se tornaram mais robustos, que deixaram de ser a aplicação de lei marcial para se tornar uma lei de emergência.

“Uma lei de emergência mais abrangente se seguiu em 1958, e é sob essa lei que declarações de emergência foram feitas nos últimos 50 anos. Na época da lei, a autoridade emergencial no Egito alcançou assuntos muito além dos militares; o termo “lei marcial” (‘hukm ‘urfī) portanto foi substituído por “estado de emergência” (halah al-tawari) na lei de 1958” (Ibid., p. 536).

A lei de 1958 concede ao presidente a possibilidade de declarar estado de emergência em qualquer momento em que a segurança ou a ordem estejam ameaçadas. Uma vez declarada a emergência, o presidente poderia restringir o direito de assembleia, movimento ou residência, realizar buscas e apreensões sem mandatos, censurar diversos meios de comunicação, retirar licenças para porte de armas e confiscar propriedades (Ato 162/1958, artigo 3). A lei de 1958 cria também as cortes emergenciais, encabeçadas por militares e abertas à intervenção direta do presidente. Nasser já havia justificado o uso dessas cortes para “*primeiramente assegurar a revolução*” (Ibid., p. 545). Além das cortes emergenciais, as cortes militares também são utilizadas no julgamento de civis durante períodos em que se vigora um estado de emergência (Lei 25/1966). As cortes excepcionais (tanto as emergenciais quanto as militares) correm paralelamente ao sistema judiciário “*normal*”, o acusado não possui as mesmas garantias, como, por exemplo, o direito de recorrer às sentenças, e o poder executivo tem influência direta sobre os julgamentos (HIIL, 2012).

Cabe aqui um adendo sobre quais eram os alvos das medidas de exceção até a queda de Mubarak. Críticos liberais, jornalistas e ativistas de direitos humanos foram alvos frequentes das leis de exceção (REZA, 2007). Mas o principal alvo dessas medidas eram os islamistas, especialmente a Irmandade Muçulmana. Tendo no centro de sua ideologia a busca pela criação de um Estado Islâmico, essa organização se entende como um movimento social abrangente que visa mobilizar os egípcios em torno

do Islã. A Irmandade atua como organização multifária, atuando em diversos setores comunitários como saúde e educação (de onde deriva grande parte de popularidade) e entrando também na política (BRANCOLI; THOMAZ, 2015), tornando-se uma força mobilizadora importante, e, ao mesmo tempo, ameaçadora para o governo.

Organizando fundos de caridade, redes e equipes de médicos, professores, engenheiros e outros serviços, a Irmandade começou a organizar bolsões de governança ou *clusters* organizacionais onde “a segurança e a administração são feitas por lideranças da Organização e existem planos para o estabelecimento de escolas próprias” (Ibid., p.15). Soma-se a isso o fato de que vários ramos dessa organização se radicalizaram, fazendo, inclusive, uso de métodos violentos para conquistar seus objetivos e desafiar o governo. Esses fatores tornam a Irmandade Muçulmana um dos principais agentes de “concorrência” com o poder estatal e, portanto, alvo mais frequente das medidas de exceção. Durante o governo de Nasser, a organização foi acusada de uma tentativa de assassinato de presidente, tendo sido colocada na ilegalidade por longos períodos.

A declaração de emergência de 1958 perdurou até 1964. Em 1967, uma nova declaração de emergência foi publicada, dessa vez no contexto da Guerra dos Seis Dias, porém foi estendida após o conflito, tendo durado até após a morte de Nasser e a Guerra de Yom Kipur, sendo suspensa em 1980. Meses depois, entretanto, o assassinato de Sadat (sucessor de Nasser) instaura nova lei de emergência que, dessa vez, é renovada consecutivamente até maio de 2012.

Durante todo o governo Mubarak (1981-2011), o estado de exceção se manteve, e os conflitos com grupos islamistas se intensificaram. Estima-se em que entre 1992 e 1997, 1200 cidadãos egípcios morreram em confrontos entre esses grupos e o governo (HILL, 2012) e que em qualquer dado momento do governo Mubarak, entre 15.000 e 20.000 pessoas estavam presas sem julgamento (STORK, 2014). Esses confrontos foram acompanhados de leis que expandiam a capacidade do governo de executar detenções preventivas, julgar civis em cortes militares, indicar representantes do poder executivo local e controlar a mídia – “com o objetivo declarado de extirpar militantes extremistas de grupos que representavam ameaça séria, se não direta, à estabilidade do Estado” (HILL, 2012, p. 11). Muitas dessas leis se enquadravam na legislação de contraterrorismo, que previa sua aplicação contra qualquer “membro de grupos que (...) impeçam as autoridades estatais de realizarem suas tarefas (...) ou ameacem a unidade nacional ou paz social” (Lei 97/1992). Esse tipo de legislação está de acordo com as

características que citamos sobre o uso da exceção na construção do Estado, sendo um governo arbitrário que se utiliza de leis e coerção para cumprir seus próprios objetivos de monopolizar o poder e evitar que qualquer outro grupo chegue ao poder (KASSEM, 2004). Dessa forma,

“O Estado de Emergência continua sendo a fundação do regime, não apenas no sentido de estar em vigor durante a maior parte do período pós-revolucionário, mas também porque ele é usado como referência para todas as medidas de segurança para controlar a política, a mídia e eleições locais. O estado de emergência também foi usado para controlar instituições estatais através da presença da polícia de segurança estatal” (YOUNIS, 2011).

Como já citamos, o fim da lei de emergência foi uma das reivindicações mais presentes nos levantes de 2011 que levaram à queda de Mubarak em fevereiro daquele ano. Mas o que parecia uma conquista da revolução, logo se mostrou ilusório: relatórios de direitos humanos registram no período após a queda de Mubarak um aumento no número de civis sendo levados a cortes militares (estima-se que até o fim de 2011, mais 12000 civis foram julgados em cortes militares, sendo a grande maioria considerada culpada), advogados que não tinham acesso aos seus clientes presos em prisões sem acusação formal (IBAHRI, 2011). A Lei de Exceção permaneceu em vigor até maio de 2012, quando expirou pela primeira vez em 30 anos (apesar da lei em si não ter sido abolida da constituição mesmo nessa ocasião). O Egito passava, nesse momento, por uma reestruturação política e legislativa e caos social.

A eleição do presidente Morsi (membro da Irmandade Muçulmana, que foi um dos principais alvos das medidas de emergência ao longo de várias décadas) tampouco representou uma mudança na política de aplicação de medidas de exceção: em 2013, poucos meses depois de assumir o cargo, Morsi declara estado de emergência de um mês, que foi renovado pelo governo provisório após a sua deposição por mais três meses, com a justificativa de combater o terrorismo. Segundo a Anistia Internacional, 3000 pessoas foram presas nos protestos que se seguiram nos dois meses após a queda de Morsi (AMNESTY INTERNATIONAL, 2013).

Mesmo após a lei emergencial ter expirado, em agosto de 2013, o uso de medidas de exceção continuou frequente pelo governo interino. Em novembro de 2013, foi aprovada uma nova legislação relativa ao direito de assembleia, mais precisamente ao banimento desse direito, proibindo, portanto, qualquer tipo de demonstração e protestos ainda que pacíficos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). A Constituição aprovada pelo governo interino e por plebiscito em janeiro de 2014 prevê o direito do

presidente em declarar estado de emergência por, no máximo 3 meses, cumprindo uma série de condições e diante da aprovação do Parlamento. Aparentemente, a Constituição apresentava avanços em relação às anteriores no que diz respeito à possibilidade de decretar estado de emergência, especialmente acrescentando que o parlamento não poderia ser deposto durante o decreto, porém, em nenhum momento foi questionado o poder do presidente em decretar tal estado e de editar decretos com força de lei (ZWITTER, 2014). Fortes debates também emergiram em torno de artigos da constituição que permitiriam o julgamento de civis em cortes militares e de leis que proibiriam protestos sem autorização do governo (SABRY, 2014). Esses debates se refletiram em uma série de protestos contidos violentamente no final de 2013.

Em abril de 2014, uma nova proposta de lei antiterrorismo incluiu mecanismos semelhantes às leis emergenciais: definição vaga aos crimes aos quais se aplica (incluindo crimes de “*ameaça à unidade nacional*”, ameaças a garantias contra tortura e prisões arbitrárias e expansão do escopo de aplicação de penas de morte, além de dar ao presidente a possibilidade de declarar um estado de emergência sem obter previamente aprovação do Parlamento (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014).

Considerando que várias autoridades egípcias já declararam publicamente as atividades da Irmandade Muçulmana como terroristas (STORK, 2014), não é difícil “juntar os pontos” para saber quem serão os principais indivíduos enquadrados nessa lei, e nem é necessário imaginar: somente em agosto de 2013 o então governo interino do General Sisi (depois eleito presidente) matou mais de mil integrantes da Irmandade Muçulmana durante protestos. Há meses o Egito assiste a uma série sem precedentes de penas de morte em massa contra centenas de adeptos do presidente Morsi.

Eleito em maio de 2014, o presidente Sisi não demorou a apelar para seu direito constitucional de declarar Estado de Emergência. Após atentados que mataram 30 soldados egípcios no Sinai em novembro do mesmo ano, o presidente declarou 3 meses de Estado de Emergência, justificado declaração que contém todos os elementos discursivos que já citamos como a ideia de uma ameaça existencial, um inimigo externo caracterizado como terrorista, condições extraordinárias e a necessidade de união interna.

“Um complô está sendo traçado contra todos nós. (...) O Egito está travando uma grande guerra- uma batalha de existência. Nós devemos nos manter unidos (...) Nós devemos saber que esse ataque terrorista foi apoiado por mãos externas para derrotar os militares que têm protegido o povo egípcio e sua vontade. Eu já havia alertado anteriormente que a guerra no Sinai irá durar por muito tempo (...) mas esse novo nível de ataques nos colocou em um

também novo nível de planejamento para combater o terrorismo” (SISI apud XENAKIS, 2014)

Diante da recorrência do apelo aos mecanismos de exceção pelos governos egípcios, vejamos agora, de que forma essa associação com o estado de emergência trabalha para legitimar o exercício do uso da força contra esses opositores.

### Legitimidade e violência

Já vimos anteriormente que a definição de Weber para o Estado se relaciona com o monopólio da violência legítima. Tilly traz uma visão semelhante: “*O que distingue a violência produzida por estados da violência produzida por qualquer outro? No longo prazo, o suficiente para manter a divisão entre força legítima e ilegítima de forma crível*” (TILLY, 1985, p. X). Tilly também afirma que a imagem da palavra *segurança* é avaliada de acordo com a realidade e externalidade da ameaça (Ibid.). Essa afirmação se relaciona com o conceito de Benjamin (1974) da divisão entre estado de exceção real e fictício, e de que forma essa divisão demonstra a virtualidade da soberania baseada na exceção (como explicado anteriormente).

De que forma esses conceitos se aplicam ao caso Egípcio? Bernard-Maugiron (2013) afirma que a ascensão do estado administrativo diminui restrições ao governo autoritário: a construção de estados burocráticos centralizados substitui política dos nobres (termo usado por Weber em oposição à política como vocação) pelas formas de clientelagem do Estado autoritário de países do Oriente Médio. Cronin (2014) acrescenta que muitos dos Estados recém-nascidos do Oriente Médio tinham os oficiais britânicos ou franceses no centro do seu processo de *statebuilding*. Sendo o Egito um país étnica, religiosa e ideologicamente diverso, recorre-se frequentemente ao autoritarismo e violência para neutralizar oposições, tática aprendida das próprias administrações coloniais (SCALERCIO, 2002).

Essa afirmação nos remete ao medo da guerra civil presente em Hobbes (1651) e a solução encontrada por ele na concentração de poder e a manutenção do medo para obter obediência. A imprevisibilidade da ameaça ao Estado faz com que o combate ao inimigo não possa ser regulamentado a não ser por uma regra que conceda ao soberano a possibilidade da exceção (SCHMITT, 1922). Dessa forma, mantém-se o constante estado de insegurança e o permanente estado de exceção fictício (BENJAMIN, 1974). Assim, a ameaça à segurança pessoal nunca é neutralizada, mas agravada com o poder

irrestrito do soberano sua paradoxal capacidade de estar dentro e fora da lei (AGAMBEN apud MEDONZA, 2011).

Esse movimento é o que Bigo chama de *insecuritização*, que não apenas se relaciona ao sucesso do ato de fala que busca legitimar a política de exceção diante da audiência, mas infiltra a prática da exceção nos mecanismos burocráticos, tecnológicos e rotineiros que buscam definir a segurança como proteção do Estado em detrimento dos seus cidadãos e legitimar atos violentos realizados por ele em detrimento do ataque que busca contestá-lo.

Assim, as medidas de exceção no Egito,

“(...) não são violações da constituição, mas uma expressão do seu próprio espírito, começando pela maneira que ela é formulada à maneira como é aplicada. O estado de exceção no Egito não é simplesmente um artigo dentro de um *framework* constitucional. Ao contrário, a constituição não é nada além de um único artigo no permanente estado de exceção do Egito” (YOUNIS, 2011).

Dessa forma, os mecanismos de exceção constituem parte integrante do processo de *statebuilding* e da manutenção de regimes autoritários no Egito. Esse cenário possibilita que tais mecanismos sejam empregados mesmo sem uma declaração formal de emergência. Bernard-Maugiron (2013) sugere que medidas de fraca liberalização como o fim do estado de emergência serviam como fachadas e ocorriam paralelamente à manutenção de cortes emergenciais, possibilidade de novas jurisdições excepcionais sob a prerrogativa de leis antiterroristas e aumento da competência das cortes militares.

Utilizando novamente o conceito de *insecuritização* de Bigo (2008), é necessário questionar o posicionamento da audiência em relação a esses mecanismos. Weber afirma que “a obediência é determinada por motivos altamente robustos de medo e esperança (...). Porém, ao pedir pela ‘legitimação’ dessa obediência, encontra-se esses três tipos ideias: tradicional, carismático e legal” (WEBER, 1921, p.14). O Estado legitima o uso da violência através dessas três formas (o que requer constante legitimação, e não apenas um consenso prévio que legitima toda ação subsequente do soberano, como em Hobbes). No Egito, vemos que ao longo dos vários governos, buscou-se a legitimidade seja através do carisma (notadamente Nasser), seja através do aparato burocrático (no qual mesmo leis de exceção estão inseridas), seja através de relações tradicionais (a liderança de Morsi na Irmandade Muçulmana) (MIHATSCH, 2014).

Após os levantes de 2011 as autoridades buscaram legitimidade através de demonstrações de características democráticas como eleições e plebiscitos. Mihatsch nota, entretanto, que durante o plebiscito sobre a aprovação da constituição do governo de transição de Adly Mansour em 2013, grupos dispersos tentaram realizar uma campanha pelo “Não”, mas os pôsteres foram removidos e os ativistas foram detidos “*sob acusações questionáveis*”, seguido por uma onda de prisões contra membros da Irmandade Muçulmana e de vários ativistas (MIHATSCH, 2014). Não é nenhuma surpresa que o plebiscito tenha tido 98% de respostas “*sim*”. Ações como essa demonstram que a busca por legitimidade frequentemente conta com o uso da violência como meio. Nesse contexto, os mecanismos de exceção cumprem um papel paradoxal de serem capazes de legitimar a violência estatal através de mecanismos racionais-legais (vez que a possibilidade da emergência é prevista por lei) e ao mesmo tempo serem uma demonstração de questionamento sobre sua legitimidade em governar.

A própria reivindicação pelo fim do Estado de Emergência nos protestos de 2011 demonstra um movimento de contestação aos mecanismos de exceção. Esses mecanismos, como já vimos, continuam sendo empregados em diversas instâncias, e de fato sofreram resistência através de protestos. Entretanto, a permanência do uso de mecanismos de exceção não-declarados, bem como a declaração formal de Estado de Emergência pelos governos desde 2012 traz dúvidas sobre as conquistas da própria revolução. Nesse sentido, cabe o questionamento sobre o quanto e como a revolução e a democratização formal da política egípcia impactaram a relação entre Estado e população.

## Conclusão

Discutimos sobre a constituição e o papel do Estado ocidental moderno através da abordagem de alguns autores significativos em torno desse tema e a relação entre a soberania, o Estado e a exceção, e que a busca pelo monopólio legítimo do uso da força é um ideal frequentemente utópico e pode levar a um estado de insegurança constante. Vimos também que nos últimos 100 anos o Estado de Exceção no Egito se deu de maneira recorrente contribuindo para o *statebuilding* e para manutenção dos regimes vigentes através da perseguição a inimigos políticos sem constrangimentos constitucionais, buscando, assim, atingir o monopólio legítimo do uso da força. Como afirmado por Reza, “*a assim chamada autoridade excepcional tem sido o produto de um projeto mais amplo de criação do estado egípcio moderno e um veículo para esse*



*projeto*” (REZA 2007, p.552). Ainda assim, vemos que esse projeto segue sendo constantemente questionado por atores internos.

Em maio de 2014 o General Sisi foi eleito com esmagadores 96,1% dos votos e nos primeiros meses de seu governo mudou em relação a esse tema. Mihatsch (2014) nota que Sisi já conquistou certa popularidade entre a população que poderia conceder a ele legitimidade carismática. Várias de suas declarações já demonstraram sua determinação em conter a Irmandade Muçulmana e devolver a “estabilidade” ao país. Esse tipo de declaração, apoiada pela legitimidade carismática com prerrogativas democráticas, gera preocupações sobre o futuro do Egito se assemelhar aos 100 anos anteriores, marcados pelos mecanismos de exceção. De fato, o atual governo segue sendo alvo de críticas de ONGs em relação a direitos humanos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014) e já declarou Estado de Emergência menos de um ano após seu início (que segue em vigor no momento de finalização desse artigo).

Nossa hipótese aponta que ao longo de 100 anos de história, mecanismos de exceção são ferramentas nas mãos dos governos em exercício para tentar concentrar poder, abafar opositores e preservar os regimes vigentes. Esses mecanismos foram aplicados de tal forma que a relação entre exceção e Estado se torna quase indissociável - não de maneira essencialista mas como uma construção social que gera restrições estruturais. Práticas sociais, entretanto, são constantemente modificadas e definitivamente a sociedade egípcia passou por diversos processos de resignificação de suas práticas nos últimos turbulentos anos. Seria aconselhado, portanto, um estudo mais aprofundado sobre as mudanças na relação entre população e Estado no Egito depois da revolução, especialmente em relação à valorização da legitimidade legal trazida por seus pressupostos democráticos e a resistência da população à legitimação de mecanismos de exceção.

### **Bibliografia**

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

AGAMBEN, G. *Estado de exceção: homo sacer II*. São Paulo: Boitempo, 2007.

AMNESTY INTERNATIONAL. Egypt: Detained Morsi supporters denied their rights. Amnesty International, set.2013. Disponível em <<http://www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/egypt-detained-morsi-supporters-denied-their-rights-2013-09-12>> (acesso em maio de 2014).

AMNESTY INTERNATIONAL. Egyptian president must reject flawed anti-terrorism laws. Amnesty International, abr.2014 (a). Disponível em

<<http://www.amnesty.org/en/news/egyptian-president-must-reject-flawed-anti-terrorism-laws-2014-04-09>> (acesso em maio de 2014).

\_\_\_\_\_. From bad to worse: Looming deadline compounds Egyptian NGOs' woes. Amnesty International, Aug-2014 <http://www.amnesty.org/en/news/bad-worse-looming-deadline-compounds-egyptian-ngos-woes-2014-08-31>

BENJAMIN, W. Critic of Violence (1921). In: DEMETZ, P. (editor) *Refletctions: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings*. New York: Schocken Books, 1978.

BENJAMIN, W. *On the concept of history*. (1974) Disponível em <<http://cscs.res.in/dataarchive/textfiles/textfile.2010-11-02.7672177498/file>>(acesso em maio de 2014).

BERNARD-MAUGIRON, N. Legal Reforms, the Rule of Law and Consolidation of State Authoritarianism under Mubarak. In: ARJOMAND, S. A.; BROWN, N. (editors). *The rule of law, Islam and Constitutional Politics in Egypt and Iran*. New York: State University of New York Press, 2013.

BIGO, Didier. International political sociology. In: WILLIAMS, Paul (Org.). *Security studies: an introduction*. New York: Routledge, 2008.

BRANCOLI, F.; THOMAZ, D. Irmandade Mulçumana no Egito pós-Mubarak: discursos e práticas, *Tensões Mundiais / World Tensions*, v. 9, p. 135-155, 2015.

BROWN, N.; DUNNE, M. HAMZAWY, A. *Egypt's Controversial Constitutional Amendments*. Carnegie Endowment for PUC. March 23, 2007. Disponível em [http://carnegieendowment.org/files/egypt\\_constitution\\_webcommentary01.pdf](http://carnegieendowment.org/files/egypt_constitution_webcommentary01.pdf)

BUZAN, B.; WAEVER, O.; DE WILDE, J.. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CRONIN, S. *Armies and State Building in the Modern Middle East: Politics, Nationalism and Military Reform*. London: I. B. Tauris, 2014.

GROVOGUI, Siba N. "Regimes of Sovereignty. International Morality and the African Condition". *European Journal of International Relations*, v.8, n.3, p.315-338, 2002.

HIIL (HAGUE INSTITUTE FOR INTERNATIONAL LAW). *Rule of Law Quick Scan-Egypt: Prospects and Challenges*. Hiil Rule of Law Quick Scan Series. 2012. Disponível em [http://www.hiil.org/data/sitemanagement/media/Quickscan\\_Egypt\\_130812\\_digitaal\\_def.pdf](http://www.hiil.org/data/sitemanagement/media/Quickscan_Egypt_130812_digitaal_def.pdf) (acesso em maio de 2014).

HOBBS, T. (1651) *Leviathan*. Project Gutenberg EBook, Parte 2 - disponível em <http://www.gutenberg.org/files/3207/3207-h/3207-h.htm>

HUMAN RIGHTS WATCH. Egypt's Deeply Restrictive New Assembly Law. Human Rights Watch, nov2013. Disponível em <http://www.hrw.org/news/2013/11/26/egypt-deeply-restrictive-new-assembly-law> (acesso em maio de 2014).

HUMPRHEYS, S. Legalizing Lawlessness: On Giorgi Agamben's State of Exception. *The European Journal of International Law Vol. 17 no.3*, 2006.

IBAHRI (International Bar's Association's Humans' Rights Institute). *Justice at a Crossroads: The Legal Profession and the Rule of Law in the New Egypt*. Disponível em <http://www.ibanet.org/Document/Default.aspx?DocumentUid=981DD862-B07F-4E6F-8A17-EDC9E9D07D64> (acesso em maio de 2014).

KASSEM, M. *Egyptian Politics: The Dynamics of Authoritarian Rule*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

LINGUORI, M. A new emergency law model for Egypt. Washington College of Law, American University, 2012. Disponível em <http://www.wcl.american.edu/hrbrief/19/3liguori.pdf> (acesso em maio de 2014).

MCDONALD, M. Constructivism. In: WILLIAMS, Paul (Org.). *Security studies: an introduction*. New York: Routledge, 2008.

MEDONZA, J. J. Neither a State of Nature nor a State of Exception: Law, Sovereignty, and Immigration. *Radical Philosophy Review* Volume 14 number 2 (2011) 187–195.

MCQUILLAN, C. The Real State of Emergency: Agamben on Benjamin and Schmitt. *Studies in Social and Political Thought*, n. 18, 2011.

MIHATSCH, M. From Nasser to Sisi: Max Weber and Egyptian Legitimacy. Mada Masr, jan2014. Disponível em <http://www.madamasr.com/content/nasser-sisi-max-weber-and-egyptian-%E2%80%98legitimacy%E2%80%99> (acesso em maio de 2014).

REZA, S. Endless Emergency: The case of Egypt. *New Criminal Law Review*, Vol. 10, p. 532, 2007.

SABRY, M. How Egypt's Protest Law Brought Down the Revolution. Al Monitor, 9<sup>th</sup> September, 2014. Disponível em <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2014/09/egypt-protest-law-courts-ruling-abdel-fattah.html> (acesso em setembro de 2014).

SCALERCIO, M. *Oriente Médio*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.

SCHMITT, C. (1922) *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*.

SCHWAB, G. (translator). Chicago: University of Chicago Press, 2004.

STORK, J. Egypt Painting Terrorism With a Very Broad Brush. Human Rights Watch, mai2014. Disponível em <http://www.hrw.org/news/2014/05/05/egypt-painting-terrorism-very-broad-brush> (acesso em maio de 2014).

TILLY, C. War making and state making as organized crime. In: *Bringing the state back in*. In: EVANS, P.E. et. Al. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WALKER, R.B.J. "State Sovereignty and the Articulation of Political Space-time". *Millennium*, vol. 20, n. 3, p. 445-461, 1991.

WEBER, M (1921). Politics as Vocation. In: Catherine Besteman (editor) *Violence: a reader*. New York: New York University Press, 2002.

XENAKIS, J. Word View: Egypt in State of Emergency after terrorist attack in Sinai. *Breitbart*, nov.2014. Disponível em <http://www.breitbart.com/Big-Peace/2014/10/25/26-Oct-14-World-View-Egypt-in-state-of-emergency-after-terrorist-attack-in-Sinai> (acesso em novembro de 2014).

YOUNIS, S. Ending Egypt's Permanent State of Emergency. *Egypt Independent*, fev.2011. Disponível em <http://www.egyptindependent.com/opinion/ending-egypt%E2%80%99s-permanent-state-emergency> (acesso em maio de 2014).

ZWIITER, A. Egypt's State of Emergency Revisited. Disponível em <http://constitutional-change.com/egypts-state-of-emergency-revisited/> (acesso em agosto de 2014).